

ENTRE O PALÁCIO E AS COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS DO MUSEU DA REPÚBLICA

MARIA HELENA VERSIANI*



Fachada principal do Palácio do Catete.
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Este artigo propõe uma discussão sobre os sentidos que instruíram a formação do acervo museológico preservado no Museu da República. Apresenta, inicialmente, algumas características gerais do Palácio do Catete – edifício-sede do museu – e das coleções museológicas preservadas na instituição, procurando analisar os fatores de origem e de construção que ao longo do tempo marcaram/marcam o perfil desse acervo.

A reflexão beneficia-se de abordagens desenvolvidas a partir da chamada História Cultural, em especial no que esse campo historiográfico propõe em torno das dinâmicas de produção, preservação e apropriação dos bens culturais (CHARTIER,1990). O entendimento é que todo acervo constitui sentidos sociais de formação, que privilegiam determinadas memórias e não outras. Tais sentidos, porém, não são apropriados por um público passivo, que recebe estímulos culturais sem qualquer reação, simplesmente acatando e incorporando os valores transmitidos nos termos antes desejados. Ao contrário, outros sentidos sociais sempre podem ser constituídos quando esse acervo transita por diferentes públicos, sendo comunicado: os processos de apropriação e atribuição de sentidos relacionados aos acervos são tão múltiplos quanto as experiências de quem vê e estuda os acervos. Não estão dados, não são únicos nem estáticos, antes resultando do universo das experiências efetivamente vividas pelos sujeitos históricos.

* Museu da República. Doutora em História, Política e Bens Culturais, pelo CPDOC/FGV.

Porém, buscar entender os primeiros sentidos de formação de um acervo pode ser uma ação bastante promissora em descortinar horizontes relacionados às formas presentes no mundo social de qualificar e significar os bens culturais e de compreender a sua participação no processo de construção desse mundo.

A hipótese é que cada ação e decisão no campo da preservação de acervos dentro dos museus – e do Museu da República – carrega implicações e conteúdos sociais. Se os objetos fazem parte de ambientes culturais, o legado dos objetos torna-se fonte preciosa para acessar esses ambientes e também para a construção da ideia de República e do que seja viver no Brasil republicano.

Assim, este artigo parte do pressuposto de que todo acervo é formado em conexão com sentidos que lhe são atribuídos e torna-se, de imediato, elemento inspirador de novos sentidos sociais. Assumimos que as coleções museológicas que propomos analisar integram processos socioculturais mais amplos. Procurar entendê-los é uma forma de apropriação e de ressignificação dos sentidos atribuídos a elas no momento de sua formação.

O Palácio do Catete

O Palácio do Catete é, ele próprio, um acervo do Museu da República. Localizado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, abriga o museu desde a sua criação, em 1960, inicialmente como parte da Divisão de História Republicana do Museu Histórico Nacional. Somente em 1983, o Museu da República obtém autonomia administrativa.

O Palácio foi construído, em meados do século XIX, para ser a residência da família do comerciante português Antônio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, proprietário de várias fazendas de café em território fluminense.¹ Resumidamente, em 1890, o Palácio deixa de pertencer à Família do barão, sendo vendido a uma companhia de hotéis e em seguida ao seu maior acionista, Francisco de Paula Mayrink. Hipotecado, acaba por ser novamente vendido, em 1896, agora para o Governo Federal. Como imóvel federal, entre 1897 e 1960, o Palácio abrigou a sede do Poder Executivo brasileiro, quando serviu também de residência oficial a alguns presidentes da República e seus familiares.

¹ Sobre o Barão de Nova Friburgo e o Palácio do Catete, ver MUSEU DA REPÚBLICA, 2011 e RODRIGUES, 2017.



Detalhe do interior do Palácio do Catete. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Arte e sofisticação são marcas fortes do Palácio, presentes em cada detalhe que o compõe. Obras de arte (pinturas, esculturas, estampas, construções artísticas) produzidas por artistas conceituados, como Antônio Parreiras, Décio Rodrigues Villares, Emil Bauch, entre outros; acessórios de interiores (espelhos, pisos, vitrais, vasos, floreiras etc.); peças de mobiliário e de mesa, predominantemente importadas da Europa; objetos de iluminação (luminárias, lustres, castiçais, candelabros etc.), tudo compondo um conjunto que em boa medida permanece até hoje exposto no Palácio.



Salão Venizano. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini. Destaque à direita para pintura de Antônio Parreiras e Décio Villares, de 1896.

No Hall de entrada, a escadaria principal ganhou popularidade quando Getúlio Vargas, na campanha presidencial de 1950, prometeu subir com o povo as “escadarias do Catete”.



Escadaria principal. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

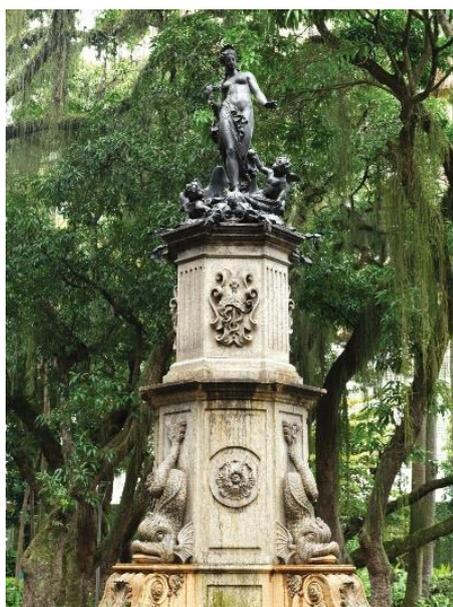
Afrescos e pinturas parietais, incluindo reproduções de obras criadas pelo pintor florentino renascentista Rafael Sanzio (século XV) e pelo pintor italiano Domenico Zampieri, ou Domenichino (dos séculos XVI e XVII), e alusões à mitologia greco-romana preenchem os ambientes do Palácio.

Com três andares, os salões do segundo andar obedecem a decorações temáticas, em padrão eclético. Entre outros exemplos, a Capela exhibe reproduções da *Transfiguração de Cristo*, de Rafael Sanzio, e da *Imaculada Conceição*, do pintor barroco espanhol Bartolome Esteban Murillo (século XVII). O Salão Pompeano, reproduções de pinturas murais encontradas em casas de Pompeia, antiga cidade romana destruída durante a grande erupção do vulcão Vesúvio, no ano 79. O Salão Mourisco tem inspiração na arte islâmica. O Salão de Banquetes apresenta, no teto, a pintura *Diana, a caçadora*, também inspirada em obra de Domenichino, além de várias representações de natureza morta, frutos tropicais, peixes e animais de caça.



Diana, a caçadora. Autor desconhecido.
Salão de Banquetes. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

O jardim do Palácio foi aberto ao público quando o Museu da República foi inaugurado. Antes, no tempo de sua ocupação pelo Executivo Federal, foi reformado com base em projeto paisagístico de Paul Villon, que havia trabalhado com Auguste Marie Françoise Glaziou em reforma do Campo da Aclamação, atual Praça da República. Canteiros, uma gruta e um rio artificiais foram acrescentados ao ambiente de árvores e plantas, além de um chafariz antes localizado na calçada de entrada do Palácio e várias esculturas encomendadas à Fundação francesa Val d'Osne – responsável pela fabricação de um conjunto importante de peças em ferro, produzidas no século XIX e que hoje compõem espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, tais como o chafariz da Praça Mahatma Gandhi, na Cinelândia, e todos os equipamentos em ferro fundido instalados no Campo de Santana.



Nascimento de Vênus, de Mathurn Moreau. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

De acordo com Marcus Vinícius Macri Rodrigues (2017), o Palácio é exemplar como residência nobre, que, no século XIX, constituiu uma forma de afirmação social e de alinhamento com as nações ditas civilizadas. Elementos arquitetônicos, estéticos e artísticos do Palácio atenderiam não somente ao gosto de seus proprietários, mas também ao desejo de qualificar o edifício como residência da elite, dentro de padrões europeus. Construído como um símbolo de poder, foi uma maneira de impressionar e ostentar o lugar socialmente privilegiado de seus moradores.

Quando se torna a sede do Museu da República, o Palácio, com todo o seu simbolismo e as suas circunstâncias enquanto espaço de moradia e de poder da elite brasileira, passa a se constituir como memória preservada e valorizada da República.

As coleções museológicas

O acervo museológico preservado no Museu da República reúne 9.448 itens, agrupados em 74 coleções. 63 coleções recebem nomes de personalidades da vida nacional e 11 são nomeadas a partir de referências temáticas. Assim, o conjunto do acervo é predominantemente “biográfico”, formado sobretudo com objetos de uso pessoal e profissional dos titulares das coleções. É o fato de ter relação com esses titulares que justifica a transformação desses objetos em acervo museológico.

Entre as personalidades que dão nome às coleções, 29 são ex-presidentes da República², o que decerto tem relação com o fato do Palácio do Catete ter sido sede da Presidência por longos anos. Além disso, quando o Museu da República foi criado, a decisão de fazer doações ao novo museu mobilizou especialmente ex-presidentes e seus familiares, conforme mostra a matéria do *Jornal do Commercio*, de 19 de maio de 1960, intitulada “Catete já será Museu da República no próximo dia quinze de novembro”: “Com a notícia de criação de um Museu da República, começam a chegar às mãos do Sr. Josué Montello³, da parte das famílias de ex-Presidentes da República, documentos, objetos e utensílios de alto valor histórico”.

² Afonso Pena; Arthur Bernardes; Campos Salles; Café Filho; Carlos Luz; Castelo Branco; Costa e Silva; Delfim Moreira, Deodoro da Fonseca; Dilma Rousseff; Emílio Garrastazu Médici; Eptácio Pessoa; Ernesto Geisel; Eurico Gaspar Dutra; Floriano Peixoto; Getúlio Vargas; Hermes da Fonseca; Jânio Quadros; José Linhares; José Sarney; Juscelino Kubitschek; Lula; Nereu Ramos; Nilo Peçanha; Prudente de Moraes; Rodrigues Alves; Tancredo Neves (faleceu antes de tomar posse); Washington Luís; e Wenceslau Brás.

³ Diretor do Museu Histórico Nacional entre 1959 e 1967.

Por outro lado, sabemos que, no Brasil, a figura do presidente da República tem força no imaginário político como representação do poder, tradição que decerto em alguma medida influenciou a atribuição dos nomes das coleções aqui em exame.

As outras autoridades/personalidades que nomeiam as coleções são políticos de outras esferas de governo, militares, lideranças republicanas e antigos proprietários do Palácio do Catete, além do sanitarista Oswaldo Cruz e do musicista Francisco Braga, que compôs a melodia do Hino da Bandeira, letrado por Olavo Bilac. Em comum, gozam do *status* de um grupo de elite, destacado no acervo. Ou seja, os nomes das coleções museológicas do Museu da República dão destaque a figuras que transitam em círculos prestigiados, o que constitui um recurso retórico persuasivo em relação às representações de poder na República brasileira. Trata-se de um valor associado às maneiras de nomear coleções, no caso reconhecendo sentidos em dar destaque a determinadas personalidades em espaços institucionais de memória, operando com a ideia da cidadania vertical.

Doações de acervos privados a um museu nacional público não costuma ser ação destituída de interesses, constituindo uma forma de consolidar representações positivas e prestigiosas para os titulares e seus herdeiros. Os acervos – e particularmente aqueles compostos por objetos que incluem condecorações, bustos e homenagens diversas – conferem legitimidade e poder simbólico a seus titulares, nos termos sugeridos por Pierre Bourdieu (1989), encontrando cumplicidade social. Além disso, objetos sofisticados associados a determinados indivíduos simbolizam o trânsito desses indivíduos no mundo da elite social.

Nos acervos que compõem as coleções de titulares do Museu da República, a marca é a exaltação. Objetos pessoais ou de artes visuais, materiais diversos de propaganda, insígnias, objetos comemorativos, pecuniários, acessórios de interiores e utensílios de cozinha, em tudo vê-se suporte para a prestação de homenagens ou a valorização do cotidiano pessoal ou profissional dos titulares, nos parâmetros de uma sociedade vertical.

Cabe especial menção à Coleção Getúlio Vargas, pelo fascínio em torno do personagem e dramaticidade do fato trágico do seu suicídio, no quarto onde dormia, no 3º andar do Palácio, em 24 de agosto de 1954. Para muitos, até hoje, o Palácio do Catete é o “Palácio do Getúlio”. O pijama e a arma que o ex-presidente usou no momento do suicídio, como afinal todo o “quarto de Getúlio Vargas” no Palácio, transformaram-se em verdadeiro fetiche para muitos visitantes. A popularidade de Vargas aparece inclusive quando observado

o grande número de doadores dos acervos dessa coleção. Além das doações de familiares, outras várias pessoas que não têm qualquer relação familiar com Getúlio Vargas, fizeram doações pontuais, de tal modo que não se vê em nenhuma outra coleção museológica do museu. São objetos que mostram imagens de Vargas, ou que pertenceram a ele, ou que possuem a inscrição das iniciais “GV”, ou a reprodução do texto da carta testamento etc.



Prato com o V da vitória de Vargas nas eleições de 1950. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Quarto de Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Fotografia de Ari Versiani/Agência Ponto.

Com relação às coleções temáticas do acervo em exame, a mais volumosa, com 2.644 itens, é a Coleção Museu da República, que reúne todos os itens do acervo que não encontram lugar em quaisquer das demais coleções museológicas existentes.

Merece especial destaque o conjunto de 855 *bottons* de propaganda reunidos nessa coleção, dos quais 830 foram incorporados após o ano de 1988. Na contingência da reconstitucionalização democrática do país, o Museu da República elaborou e divulgou amplamente um projeto de formação de uma coleção de *bottons* expressivos dos momentos políticos e socioculturais vivenciados pelos brasileiros.⁴ Junto às aquisições de *bottons*, ocorreram também doações de vários outros objetos dentro da mesma temática, como bandeiras; bonés; camisetas etc., compondo um conjunto que representa em torno de 78% do

⁴ Ver, entre outros, o documento AQ89.01.24, Setor de Museologia.

acervo incorporado à Coleção Museu da República após o ano de 1988 (888 de 1.142 objetos).

A Coleção Palácio Itamaraty e a Coleção Presidência da República aludem, respectivamente, ao Palácio do Itamaraty, que foi a primeira sede do Governo Republicano brasileiro, entre 1889 e 1897, e ao próprio Palácio do Catete. Essas coleções reúnem, privilegiadamente, objetos relacionados ao exercício da Presidência nesses edifícios, sendo que a Coleção Presidência da República incorpora também, em menor escala, objetos utilizados em exposições realizadas no Palácio do Catete.

Ou seja, também nas coleções temáticas a Presidência da República aparece como categoria central para pensar a República brasileira, como título de coleções museológicas.

Levantes e insurreições ocorridos no país dão nome a seis das onze coleções temáticas: Coleção Canudos; Coleção Coluna Prestes; Coleção Guerra do Contestado; Coleção Revolta da Armada; Coleção Revolução Constitucionalista; e Coleção Revolução Federalista.⁵

Interessante observar que todos os 98 itens que compõem essas seis coleções foram incorporados ao Museu da República a partir de transferências do Museu Histórico Nacional-MHN. É fato que o MHN, desde a sua criação, em 1922, e sob a direção de Gustavo Barroso, que o dirigiu entre 1922 e 1959, reservou espaço para a preservação de uma memória militarista da História do Brasil. Para Barroso, guardar as tradições militares do país era reconhecer a luta e a glória dos heróis da pátria, dedicados à defesa da ordem nacional (SANTOS, 2006).

Entre os itens dessas coleções, destacam-se medalhas e outros distintivos de guerra; materiais de primeiros socorros; peças de indumentária; capacetes e outros acessórios de combate, além de diferentes tipos de armamentos.

Outra coleção, a Numismática Brasileira, reúne moedas e cédulas, entre outros objetos relativos a valores monetários. São 172 itens, produzidos em período que compreende vários anos do século XIX e XX. Desses, apenas 14 itens foram transferidos do MHN⁶, muito

⁵ Verbetes sobre cada um desses levantes e insurreições integram a obra *Cronologia da República: 1889-2000* (VERSIANI, 2002)

⁶ Não foi possível identificar a procedência e data de entrada no Museu da República de 43 itens da Coleção Numismática Brasileira.

provavelmente porque aquela instituição optou por não interferir demais no seu conjunto original, considerado o mais completo acervo de numismática da América do Sul.

Essa coleção remete a uma área de conhecimento que, no século XIX, foi incorporada ao esforço de afirmação do estatuto de cientificidade da História, tomada como testemunho material do passado isento de subjetividade. Naquele momento, os critérios e procedimentos definidos como próprios à crítica histórica tomavam a autenticidade dos objetos como condição imperativa e a Numismática atenderia a essa condição, por sua relação “real” com o passado.

Para a formação da Coleção Numismática Brasileira, houve particular empenho da direção do Museu da República, quando ocupada por Lilian Barreto (1983-1989). Ofícios enviados por ela ao Banco Central registram solicitações de exemplares de cédulas e moedas colocadas em circulação no país, uma vez que “a moeda circulante, em cada época, identifica os aspectos econômico, social e cultural dos países, através das figuras e símbolos ali cunhados”.⁷ Há exemplares especiais, por exemplo comemorativos do Centenário da Proclamação da República, porém, majoritariamente, trata-se de modelos de unidades do sistema monetário brasileiro.

Registre-se, ainda, que existem objetos pecuniários distribuídos por outras coleções do Museu da República, tanto de titulares como temáticas. O conjunto completo desses objetos soma expressivos 2.266 itens.

Completando as coleções temáticas, a Coleção Memória da Constituinte foi formada durante o processo constituinte de 1987/1988, por iniciativa de uma equipe de profissionais que integrava o Centro Pró-Memória da Constituinte-CPMC, núcleo vinculado à Fundação Pró-Memória. Com o propósito de incentivar e viabilizar diálogos entre a população e os deputados constituintes, o grupo trabalhou também para formar um acervo relativo àquele momento de redemocratização, destacando a participação da sociedade nesse processo. O acervo então produzido está majoritariamente depositado no Arquivo Histórico do Museu da República. Especificamente, o acervo museológico constitui três painéis de arte, de grandes dimensões (ca. 3,60m x 4,20m), pintados, respectivamente, por Rubens Gerchman, Newton Cavalcanti e José Roberto Aguillar. Todas as obras tematizam a participação da sociedade naquele momento de reconstitucionalização democrática vivenciado no país.

⁷ Ver, por exemplo, Ofício 405/86-MR, AQ 86.12.11, Setor de Museologia.

A coleta de materiais para formação desse acervo desde o início mirou a sua transferência para o Museu da República, o que ocorreu em 1990, quando da extinção da Fundação Pró-Memória. Ou seja, naquele momento, em que se buscava superar a ditadura que havia se instalado no Brasil como golpe de 1964, essa coleção, antes de ser uma coleção museológica, foi um projeto estratégico que visou à formação de um acervo expressivo da memória e da identidade de um Brasil democrático, a ser preservado em uma instituição museológica pública e reconhecido como patrimônio cultural da nação (VERSIANI, 2014).

De forma abrangente, no conjunto do acervo museológico preservado no museu, vê-se figurações de símbolos da República. A primeira Bandeira Nacional da República – símbolo oficial – e também diversas representações que destacam a República como elemento forte da identidade nacional. Armas da República aparecem em diferentes tipos de objetos – louças, mobiliário, molduras, vasos, entre muitos e muitos outros exemplos, incluindo inscrições feitas nas próprias paredes do Palácio, quando de sua reforma para a função de sede do Poder Executivo. Em comum, sugerem o reconhecimento do regime republicano como lugar de encontro e agregação de todos os brasileiros.

Nessa linha representativa da República, cabe destacar o quadro “A Pátria” (óleo sobre tela, 1,90 x 2,78m). De autoria de Pedro Bruno, a obra, produzida em 1919, tematiza a confecção da Bandeira Nacional por algumas mulheres, na presença de crianças que se envolvem no tecido.⁸ Consta que, no Museu da República, esse quadro é o mais requisitado por pesquisadores, para uso de imagem.

⁸ Informações no portal do Instituto Brasileiro de Museus sugerem que o quadro faz referência às esposa e filhas de Benjamim Constant, que teriam confeccionado a Bandeira e oferecido à Escola Superior de Guerra da Capital Federal, em 1890. (<http://www.museus.gov.br/> - acesso em março/2017).



Pedro Bruno. *A Pátria*, 1919, óleo sobre tela, 1,90 x 2,78m. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Reprodução fotográfica de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Para concluir, cabe chamar atenção para o fato de que, desde fins dos anos 1980, vêm ocorrendo inovações no perfil do acervo museológico do Museu da República.

No calor do debate em torno da chamada Nova Museologia (DESVALLÉS, 2015), entrou na pauta uma revisão das abordagens e práticas no fazer museológico, tendo em vista ampliar o acesso aos bens culturais preservados, garantir a sua apropriação pelo conjunto da população e o reconhecimento da multiplicidade étnica, regional e cultural presentes nas sociedades. Os conceitos de cultura e patrimônio foram ampliados, compreendidos como categorias articuladas à questão das desigualdades de direitos. Em 1988, a nova Constituição Federal brasileira redefiniria o campo do patrimônio como um instrumento de cidadania e democracia.

A formação de acervos de perfil elitista, em museus públicos nacionais, passa a ser questionada à luz das múltiplas experiências, identidades e memórias presentes na vida social. No Museu da República, lógicas predominantes na formação dos acervos passam a conviver com novas possibilidades. Entre os exemplos, a própria Coleção Memória da Constituinte, que sugere que é a população que promove a reconstitucionalização democrática do Brasil, em perspectiva oposta ao padrão de reconhecer a elite política como protagonista daquele processo. Como também o conjunto de *bottons* mencionado, que opera com a diversidade de forças sociais presentes na sociedade.

Ainda outro exemplo, entre 1996 e 2003 foi montada, no Palácio do Catete, a exposição *A Ventura Republicana*, com curadoria de Gisela Magalhães e Joel Rufino. O projeto era discorrer sobre a República brasileira, para o que os curadores incorporaram, ao acervo do museu, outros acervos relacionados ao vivido cotidiano popular do país: elementos

do folclore e de religiosidades afro-brasileiras, instrumentos de corda e de percussão, instrumentos de tortura e armas de uso urbano, entre outros.



Máscara de Cazumbá. Madeira, lã, lantejola, tecido, 42,0 x 63,0 x 55,0 cm. Acervo do Museu da República. Fotografia de Mailson Santana.

O Cazumbá é um personagem de grupos de bumba-meu-boi, com vestimenta e máscaras enfeitadas.

Nas palavras de Gisela Magalhães:

Contar alguma coisa sobre a República Brasileira com o acervo do Museu, restrito quase que exclusivamente aos objetos dos presidentes, foi um desafio enorme. (...) Abrimos espaço para os novos acervos dando outros significados aos do museu; criamos salas com temas relevantes para a história do povo (...). Porque espero que uma criança ou um adulto quando virem uma AR-15 ao lado de um tênis na sala dos bustos dos presidentes, não saiam do museu sem se sentirem parte da história.⁹

Longe de ser negligenciado, o acervo original do museu foi complementado, com o tento de abrir a exposição para a diversidade de memórias presentes no Brasil republicano. Naquele momento, justificou-se uma renovação das formas então recorrentes na instituição de determinar a formação de bens culturais, a par de noções contemporâneas de museu.

Assim, é plausível dizer que o lugar do Museu da República e dos acervos que preserva vai muito além de um lugar de memória, sendo, também, lugar de criação e recriação de maneiras de perceber o mundo social.

Referências

⁹ Catálogo da exposição *A Ventura Republicana* (Apresentação).

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996a.

ABREU, Regina. Síndrome de Museus? *Série Encontros e Estudos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, 1996b, p. 51-68.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 94-115, 1994.

CHAGAS, Mario. O objeto de pesquisa no caso dos museus. *Ciência em Museus*, vol. 2, Belém, out. 1990, p. 41-45.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DESVALLÉS André. Museologia nova 1985 ou O nascimento da “nova museologia” (1985). In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 47, 2015, p. 33-48.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: CHUVA, Márcia (Org.). *A invenção do patrimônio*. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995. p. 55-66.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado; KNAUSS, Paulo. A República e seus símbolos. In: VERSIANI, Maria Helena (Org.). *A Res Publica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010, p. 10-25.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize (Orgs.). *Objetos do olhar*. História e arte. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]

MAGALHÃES, Aline Montenegro Magalhães; BEZERRA, Rafael Zamorano Bezerra. *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Da arqueologia clássica ao patrimônio cultural: os sentidos da cultura material e seus desdobramentos*. São Paulo: USP, 2008.

MUSEU DA REPÚBLICA. São Paulo: Banco Safra, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

PEARCE, Sussan M. *Musems, objects, and collections: a cultural study*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da História*. Chapecó: Argos, 2004.

RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. *Um palácio quase romano. O Palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica nos trópicos*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2017.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

VERSIANI, Maria Helena (Org.). *Cronologia da República: 1889-2000*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002;

VERSIANI, Maria Helena. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.